

A. I. N° - 213894.0131/01-8
AUTUADO - TELMA DANTAS ANDRÉ ARAÚJO ME
AUTUANTE - HERSINO MATOS E MEIRA
ORIGEM - INFAZ ITAMARAJU
INTERNET - 08.02.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0017-02/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NO LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIAS SUJEITAS A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Refeitos os cálculos, considerando as comprovações apresentadas pelo contribuinte, a multa aplicada ficou reduzida. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 30/10/01, refere-se a exigência da multa de R\$2.829,83, tendo em vista que foi constatada entrada no estabelecimento, de mercadoria sujeita a tributação sem o devido registro na escrita fiscal.

O autuado alega em sua defesa que existe nulidade no procedimento fiscal, e quanto ao mérito argumentou que acredita ter havido equívoco do autuante, considerando que as notas fiscais apontadas no levantamento fiscal se encontram devidamente escrituradas e arquivadas em ordem cronológica, conforme determina a legislação. Por isso, entende que não existe qualquer infração à legislação tributária, devendo o Auto de Infração ser anulado. Disse que falta ao procedimento fiscal os elementos fáticos e jurídicos que possam dar nascimento à obrigação tributária. Anexou xerocópias de notas fiscais. Por fim, requer que seja declarado improcedente o Auto de Infração.

O autuante apresentou informação fiscal, dizendo que fez a conferência das notas fiscais anexadas aos autos pelo contribuinte e ainda encontrou diversas notas fiscais, além de uma nota fiscal que não foi citada. Assim, informou que, levando em consideração as notas que não foram registradas, no montante de R\$10.307,34, a multa de 10% aplicada passa a ser de R\$1.030,76.

VOTO

Quanto ao pedido de nulidade constante das razões de defesa, constatei que o PAF está revestido das formalidades legais e não se constata os motivos elencados nos incisos I a IV do art. 18 do RPAF, ficando por isso, rejeitada a preliminar de nulidade requerida na defesa do autuado.

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo, constata-se que foi aplicada a multa de 10% sobre o valor comercial das mercadorias que entraram no estabelecimento do autuado sem o devido registro na escrita fiscal.

A legislação prevê que a escrituração de livros fiscais deve ser efetuada com base nos documentos relativos às operações ou prestações realizadas pelo contribuinte, devendo ser feito o

lançamento com clareza, não podendo a escrituração atrasar por mais de cinco dias, ressalvados os prazos especiais (RICMS/97, art. 319, caput e § 1º).

Em relação às aquisições de mercadorias, a escrituração a ser efetuada no Registro de Entradas, por ordem cronológica, e os lançamentos devem ser feitos documento por documento, haja vista que o mencionado livro se destina a registrar as entradas, a qualquer título, de mercadorias ou bens no estabelecimento (art. 322, do RICMS/97), sendo que a falta de escrituração constitui irregularidade punível com multa de 10% do valor comercial do bem, mercadoria ou serviço sujeito a tributação, conforme art. 42, inciso IX, da Lei nº 7.014/96.

De acordo com as alegações defensivas, o autuado entendeu que houve equívoco pelo autuante, sendo alegado que as notas fiscais apontadas no levantamento fiscal se encontram devidamente escrituradas e arquivadas em ordem cronológica, conforme determina a legislação. Por isso, o defendente afirmou que não existe qualquer infração à legislação tributária.

Na informação fiscal, o autuante ressaltou que ainda ficaram sem registro as NFs de números 113424, 72978, 499309, 58786, 311771, 225734, 110471, 315816, 289904, e 315117, tendo constatado também uma Nota Fiscal de nº 8494, que não foi citada. Por isso, refez os cálculos, acatando a comprovação parcial apresentada pelo contribuinte, ficando alterado o valor da multa exigida.

Observo que foi anexada aos autos pelo defendente, comprovação parcial através de xerocópias de notas fiscais e páginas do livro Registro de Entradas de Mercadorias onde foram escriturados os documentos fiscais apresentados pelo contribuinte. Assim, não restou provado o lançamento no livro fiscal próprio de parte das notas fiscais que foram objeto do levantamento efetuado pelo autuante, conforme demonstrativo abaixo:

C O M P R O V A D O			NÃO COMPROVADO			
NOTA FISCAL	DATA	CÓPIA LRE FL. do PAF	NOTA FISCAL	DATA	VALOR R\$	FL. do PAF
22.999	27/01/00	20	113.424	09/08/00	58,12	-
22.821	16/02/00	22	72.978	28/06/00	107,60	-
215.492	25/02/00	24	499.309	26/10/00	13,85	-
6.510	28/03/00	26	58.786	18/05/00	2.827,55	14
217.549	27/03/00	28	311.771	25/10/00	241,01	24
30.887	20/04/00	30	225.734	27/10/00	5.650,00	26
4.135	17/07/00	31	110.471	09/02/01	112,27	19
83.651	30/06/00	32	315.818	09/02/01	392,52	23
84.082	30/06/00	32	28.904	21/11/00	501,28	-
251.700	30/06/00	32	315.117	08/11/00	402,94	28
498.343	11/10/00	33	TOTAL		10.307,14	
590.769	11/11/00	34			MULTA 10% 1.030,71	
45.659	30/11/00	35				
9.174	26/12/00	36				
104.392	27/12/00	37				

Entendo que está caracterizada a infração apurada, entretanto, fica alterado o valor da multa aplicada, considerando a comprovação parcial quanto aos registros das notas fiscais acostadas pelo defendente ao presente processo.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 213894.0131/01-8, lavrado contra **TELMA DANTAS ANDRÉ ARAÚJO ME**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$1.030,71**, atualizada monetariamente, prevista no art. 42, inciso IX, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de janeiro de 2002.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR